



COLEÇÃO DE CRIMES

Arthur Lira expulsou camponeses de terras que sequer declarou, diz dossiê

Usina foi usada para comprar votos para o ex-presidente Jair Bolsonaro

DINHEIRAMA

Prefeituras comandadas por primos de Lira contrataram empresas da própria família

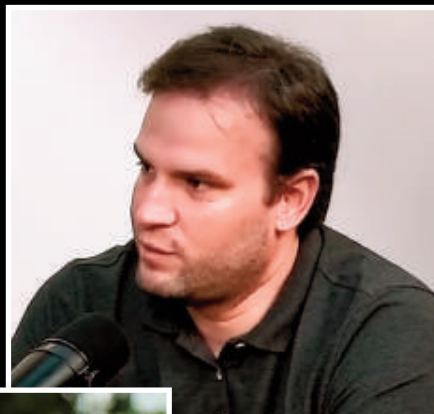
Licitações beneficiam negócios rurais do clã Pereira



PERDEU, MANÉ!

Vereadores conseguiram na justiça o direito de vistoriar o empreendimento

Decisão de magistrada sobre Hospital da Cidade faz prefeito JHC "tremar"



Vereadores Joãozinho (PSD) e Zé Márcio Filho (MDB) têm permissão para visitar todas as dependências do Hospital do Coração ou da Cidade (HC)

Kelmann Vieira (Podemos) volta ao seu mandato de vereador para coordenar oposição contra JHC



DESTAQUE

Renan Filho é elogiado semanas antes de balanço de desempenho de ministros

SEU BOLSO

Deputado critica cobrança sobre valor praticado pelas concessionárias de água

CIGIP

Prefeito de Tanque D'Arca denuncia suposto esquema de fraude em licitação

BOCA NO TROMBONE

"JHC não tem projetos de infraestrutura para melhorar a mobilidade", diz líder comunitário

EM ALAGOAS

Mulheres representam 71% dos clientes de microfinança urbana do Banco do Nordeste

HISTÓRICO DUVIDOSO

Não é a primeira vez que magistrado causa estranheza por suas decisões

Celyrio Adamastor: desembargador investigado pela Polícia Federal e CNJ

INVESTIGAÇÃO CONTINUA

Promotor Flávio Gomes persistirá no caso colhendo informações

Decisão do TJ sobre hospital não anula investigação da Vara da Fazenda Municipal





EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Justiça omissa

A recente decisão do desembargador Celyrio Adamastor, que rejeitou o pedido do Ministério Público Estadual (MP/AL) para investigar a aquisição do Hospital do Coração pela Prefeitura de Maceió, lança sombras sobre a transparência e eficácia do sistema judicial. Alegando falta de consistência nas alegações do senador Renan Calheiros, Adamastor respondeu com um veredicto que pode ser interpretado como um manto sobre eventuais irregularidades.

A controvérsia teve início quando Renan Calheiros levantou questionamentos sobre a licitude da negociação, lançando suspeitas sobre a conduta na aquisição do hospital. No entanto, o desembargador rejeitou o pedido de investigação, alegando que as alegações do senador não apresentam coerência suficiente para justificar a abertura de um procedimento investigativo. Tal postura levanta questionamentos sobre a capacidade do sistema judiciário em zelar pela imparcialidade e pelo interesse público.

A fundamentação do desembargador, baseada na desapropriação do bem privado conforme o



Decreto Federal nº 3.365/1941, é, no mínimo, contestável. A ação, apresentada como um ato de utilidade pública para assistência pública, obras de higiene e casas de saúde, pode, no entanto, esconder nuances que merecem uma análise mais profunda. O fato de a desapropriação ser legitimada por leis antigas não a isenta de críticas, especialmente quando o clamor por transparência e prestação de

contas é cada vez mais alto na sociedade.

Além disso, a alegação de falta de transparência no processo de compra do hospital, feita por Calheiros, contrasta diretamente com a visão do desembargador. Adamastor não percebe indícios de pressa para pagamento ou tentativas de fraude e corrupção. No entanto, é imperativo questionar se a justiça está verdadeiramente

atenta a possíveis irregularidades ou se está, inadvertidamente, fechando os olhos para questões que demandam uma investigação mais aprofundada.

O descontentamento expresso pelo senador Renan Calheiros, comparando a decisão a "tapar o sol com a peneira", reflete a sensação generalizada de que a justiça, em alguns casos, pode estar agindo de maneira conivente com possíveis desvios. A confiança da população no sistema judicial está em jogo, e é responsabilidade das autoridades judiciais dissipar qualquer nuvem de dúvida que paira sobre suas decisões.

Em um momento em que a transparência e a responsabilidade são exigidas em todas as esferas da sociedade, é fundamental que o judiciário esteja à altura do seu papel de guardião da justiça, agindo de forma imparcial e diligente. A sociedade espera mais do que decisões que possam ser interpretadas como tapa-olhos para potenciais irregularidades. A verdadeira justiça deve ser transparente, acessível e capaz de responder aos anseios da população por um sistema ético e confiável.



ARTIGO

LAURENTINO VEIGA

Literatura de cordel

O imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, cognominado de José Sarney, ex-presidente da República (1985-1990), escreveu: a cantoria nasce, não pode ser feita. É uma lamparina. É um terreiro, é uma noite, são duas violas, são quatro repentis. Começa e cresce, vai e vem, morre e ressuscita. A lua desaparece. Na madrugada o dia nasce, as moças fogem, a viola cala, mas, no ar, a lenda vai começar.

O vate viçosense Jader Tenório, ex-presidente do PRO-DUBAN, trouxe à tona majestoso livro Poeta de Canto A Canto (Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2012). Fruto

de acurada pesquisa in loco no Nordeste. Suas orelhas foram escritas pelo também poeta e conterrâneo Sidney Wanderley:

“Aqui o leitor encontrará uma seleta da melhor poesia popular já produzida no país: Zé Limeira, Zé da Luz, Ivanildo Vilanova, Dimas, Lourival e Otacílio Batista, Cego Aderaldo, Chico Nunes, Os Manéis Nenen e Xandu, Patativa do Assaré, Pinto do Monteiro, e dezenas de outros de nem sempre reconhecido o valor e que fazem por merecer maior divulgação e estima”.

O Prefácio do majestoso livro é do escritor Denis Melo, filho do saudoso Dr. José Maria de Melo (Prefeito de Viçosa por duas vezes, deputado Federal por várias vezes. Secretário da Fazenda no Governo

do Dr. Arnon de Mello). O autor verseja magnanimamente: Se eu nascesse novamente/ Nasceria aqui de novo /Para dizer ao meu povo / Eu estou aqui presente/ Não ser nunca diferente / Do que já fui no passado / De novo dar meu recado / Pra essa turma seleta / Ser matuto e ser poeta / Viçosa, muito obrigado.

Lourival Batista e Pinto do Monteiro, cantavam num festa e Pinto saiu com essa: “Querida ver Lourival / Morto debaixo de um trem / Ou num beco pedindo esmola / Onde não passe ninguém / E se passar, que seja um cego/ Pedindo esmola também”.

O escritor Gilberto Freire escreveu: A cultura não é somente aquela de universidade, a erudita e recheada de metáfora. Cultura pop-

ular pode ser até o fabrico de um cachimbo de barro. Vem da arte popular em forma de versos, rimas e entoadas e de repentis. Por essas razões, Jader Tenório teve a sensibilidade de prestigiar seus colegas. Felicito-o pela obra que congrega valores intrínsecos às origens.

Versos do autor que enaltecem Divaldo Suruagy: Para quem já foi Prefeito/ Secretário de Estado/ Presidente da Assembleia/ Quando era Deputado/ Três vezes Governador/ Mais uma vez Senador / Homem de alto conceito / Deputado Federal / Um amigo bom e legal / Merecia mais respeito. O autor é testemunha ocular da serventia feita pelo economista. Vale a pena conferir o que escrevera meu conterrâneo.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

Marcelo San
Diagramação e Artes
cinemakoone@gmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

EDITORIAL - ARTIGOS - EXPEDIENTE

HISTÓRICO DUVIDOSO

Não é a primeira vez que magistrado causa estranheza por suas decisões

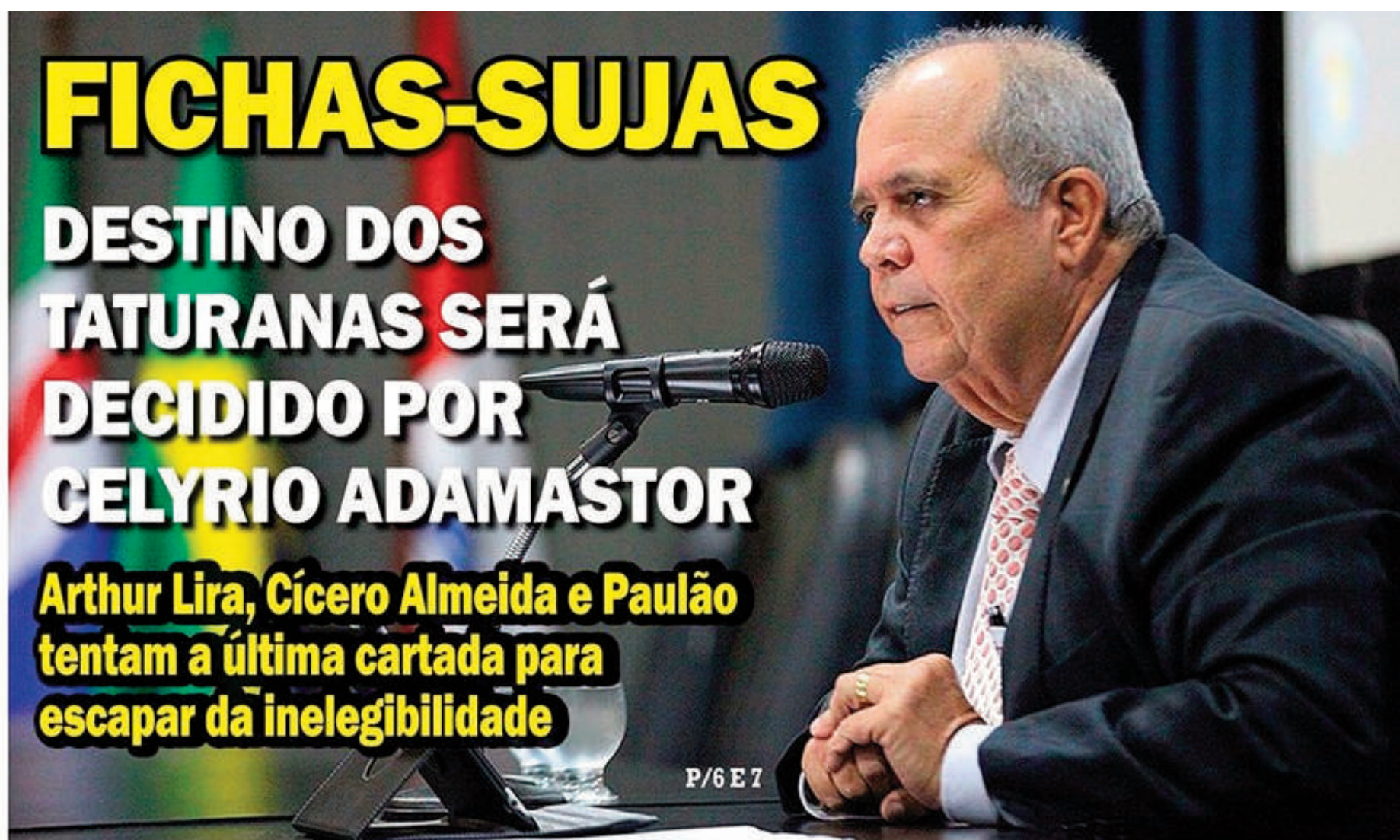
Celyrio Adamastor: desembargador investigado pela Polícia Federal e CNJ

Em uma ação que abalou o cenário judicial de Alagoas, a Polícia Federal deflagrou em novembro de 2021 a operação Pecunia non olet, com o objetivo de desmantelar um alegado

esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). Um dos principais alvos da operação foi o desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly, que, segundo as investigações, teria favorecido uma empresa do ramo da educação em troca de pagamentos relacionados a gastos pessoais.

A Polícia Federal sustentou que o magistrado teria adiado um julgamento e proferido decisões favoráveis à referida empresa, indicando a participação de agentes públicos e advo-

gados no esquema. As acusações lançaram uma sombra sobre a integridade do Tribunal de Justiça de Alagoas, provocando questionamentos sobre a lisura dos processos judiciais.



NA BERLINDA

Deputado federal tinha sido condenado e era “Ficha-suja” perante a lei

Magistrado teria dado passe livre para Arthur Lira se candidatar em 2018

Não é a primeira vez que o nome de Celyrio Accioly está envolvido em polêmicas. Em 2018, o desembargador foi responsável por uma decisão que teve um impacto direto na carreira política do atual presidente da Câmara, Arthur Lira. Na ocasião, Accioly assinou individualmente um despacho que liberou a candidatura de Lira, suspendendo os efeitos de uma condenação decorrente da Operação Taturana,

que investigava desvios na Assembleia Legislativa de Alagoas nos anos 2000.

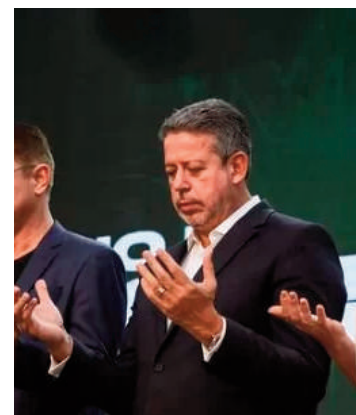
Lira e outros ex-colegas de Assembleia estavam condenados por improbidade administrativa em segunda instância desde 2016, o que os tornava inelegíveis.

Contudo, a decisão do desembargador Accioly, cinco meses antes das eleições de 2018, concedeu efeito suspensivo a três dos condenados, possibilitando suas candidaturas.

Um desdobramento posterior, ocorrido

em 2020, envolveu a Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas movendo um Pedido de Providências contra Celyrio Accioly. A controvérsia originou-se em uma decisão administrativa proferida por Accioly, que atuou como relator de um recurso relacionado ao afastamento de Luiz Paes Fonseca de Machado do Cartório do 4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Maceió.

O afastamento de Machado foi motivado pela quebra de confiança devido à prá-



tica de infrações disciplinares, reconhecida pelos Juízes Corregedores Permanentes da Capital. Após a Corregedoria-Geral da Justiça negar provimento ao recurso contra o afastamento, Celyrio Accioly, atuando como relator, emitiu uma decisão monocrática suspendendo a determinação do Corregedor-Geral, envolvendo a suspensão do afastamento e a não nomeação de seu substituto legal.

PERDEU, MANÉ!

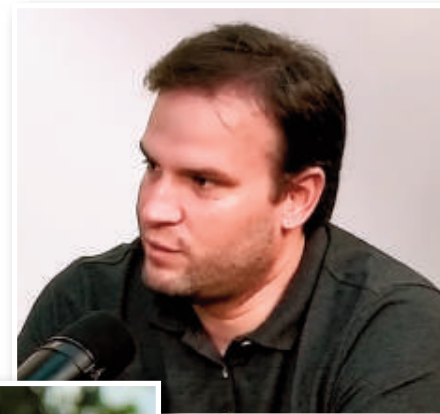
Vereadores conseguiram na justiça o direito de vistoriar o empreendimento

Decisão de magistrada sobre Hospital da Cidade faz prefeito JHC "tremar"

A juíza de direito Isabelle Coutinho Dantas Sampaio, da 14ª Vara Cível da Capital/Fazenda Municipal, em uma decisão liminar, determinou que os vereadores Joãozinho (PSD) e Zé Márcio Filho (MDB) tenham permissão para visitar todas as dependências do Hospital do Coração ou da Cidade (HC) e do Centro Médico Empresarial, adquiridos pela prefeitura de Maceió. "Diante desses argumentos, concedo a medida liminar para instruir as autoridades coatoras a se absterem de impedir o acesso dos vereadores impetrantes a todas as dependências do Hospital e do Centro Médico, a fim de viabilizar a respectiva fiscalização", declarou a juíza em um trecho de sua decisão.

Esta representa a primeira conquista da oposição no caso HC. Além dos vereadores, o senador Renan Calheiros (MDB), o deputado federal Rafael Brito e outros políticos de oposição apresentaram denúncias ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas. Esses casos estão sob análise em caráter sigiloso. Na presente semana, o senador Renan Calheiros (MDB) expressou surpresa em relação à decisão do TJ/AL, que recusou o pedido do MP/AL para investigar suspeitas de superfaturamento na compra do HC.

"A decisão do Des. Celirio Adamastor – negar ao MP investigar a compra ilegal do Hospital – é como tapar o sol com a peneira e desnecessária. Ela não interfere na Representação no TCE, nem na Ação no TJAL", afirmou Renan Calheiros. O vereador Joãozinho afirmou que ele e Zé Márcio retornarão ao hospital para concluir a investigação.



Vereadores Joãozinho (PSD) e Zé Márcio Filho (MDB) têm permissão para visitar todas as dependências do Hospital do Coração ou da Cidade (HC)



Kelmann Vieira (Podemos), volta ao seu mandato de vereador para coordenar oposição contra JHC



"Vamos examinar tudo, solicitar acesso às salas que estavam fechadas, para evidenciar que a prefeitura de Maceió adquiriu um hospital inacabado e um edifício vazio", ponderou.

Entre a visita de fiscalização dos vereadores em 20 de outubro, em que foram proibidos de acessar todo o prédio, e a concessão da liminar, quase um mês se passou. Mesmo assim, os parlamentares acreditam que a prefeitura não teve tempo para concluir todos os serviços. "Quando estivemos lá, estavam reali-

zando obras às pressas. Apesar da demora na liminar, acreditamos que o prédio ainda está em obras, caracterizando que a prefeitura comprou um hospital inacabado como se estivesse totalmente pronto", destacou Zé Márcio.

Trecho da liminar - "A espera pela concessão da segurança para obter acesso, quando a fiscalização não prejudica o processo de aquisição do Hospital em questão (já realizado), mas sim torna públicos os questionamentos levantados, é injustificada. Além disso,

não vejo qualquer risco de irreversibilidade, uma vez que a entrada dos impetrantes, como mencionado, não implica um potencial de dano, desde que seja respeitado o protocolo de entrada no ambiente hospitalar e em suas áreas restritas, quando necessário. Diante desses argumentos, concedo a medida liminar para instruir as autoridades coatoras a se absterem de impedir o acesso dos vereadores impetrantes a todas as dependências do Hospital e do Centro Médico, a fim de viabilizar a respectiva fiscalização".



Somos um grupo de empreendedores na produção, geração e divulgação de conteúdo jornalístico. Nascemos do entendimento de que juntos e coesos podemos alcançar o público mais distante que ele esteja em Alagoas ou "além fronteiras".

A GRANDE IMPRENSA

Representamos hoje a maior tiragem semanal de exemplares de jornais impressos do Estado. Estamos em várias plataformas: TV Corporativa, Sites, Jornais Digitais, Blogs. Por isso, somos a GRANDE IMPRENSA.

Por isso levamos a sua informação mais longe e com maior rapidez e credibilidade.

VEÍCULO ASSOCIADO
A NOTÍCIA
ALAGOAS

INVESTIGAÇÃO CONTINUA

Promotor Flávio Gomes persistirá no caso colhendo informações

Decisão do TJ sobre hospital não anula investigação da Vara da Fazenda Municipal

O desembargador Celyrio Adamastor rejeitou o pedido do Ministério Público Estadual (MP/AL) para investigar possíveis irregularidades na aquisição do Hospital do Coração pela Prefeitura de Maceió. A decisão provocou descontentamento por parte do senador Renan Calheiros (MDB), representante de Alagoas, que a comparou a "tapar o sol com a peneira". O promotor Flávio Gomes, da Vara da Fazenda Municipal, mantém a investigação em andamento, mesmo após a decisão do Tribunal de Justiça (TJ). Apesar da perda de força na questão, especialmente após o parecer do desembargador Adamastor, o promotor já ouviu diversas pessoas informalmente sobre o caso.

A controvérsia teve início quando o senador Renan Calheiros levantou dúvidas sobre a licitude da negociação e questionou a conduta na aquisição do hospital.



Promotor Flávio Gomes, da Vara da Fazenda Municipal, mantém a investigação em andamento

O desembargador, ao negar o pedido de investigação, argumentou que as alegações de Calheiros não apresentam coerência suficiente para justificar a abertura de um procedimento investigativo. Adamastor destacou que a iniciativa do MP baseia-se em ilações e conclusões pessoais do denunciante, carecendo de lastro probatório mínimo.

O magistrado enfatizou que, ao analisar a documentação apresentada e o pedido formulado pelo MP, não encontrou evidências suficientes para incitar a abertura de um procedimento investigatório contra o atual prefeito municipal de Maceió. Além disso, esclareceu que a aquisição do Hospital do Coração foi viabilizada por meio da desapropriação de um bem privado, fundamentada no Decreto Federal nº 3.365/1941. Adamastor também rebateu a alegação de falta de transparência no processo de compra, destacando que, neste momento, não percebe indícios de pressa para pagamento ou tentativa de fraude e corrupção.

Essa posição vai de encontro às declarações de Renan Calheiros, que questiona a lisura do processo de aquisição do hospital.

A recusa do desembargador em permitir a investigação intensifica a polêmica em torno do caso, considerando a importância do Hospital do Coração para a saúde pública em Maceió. O senador Renan Calheiros persiste em suas críticas, comparando essa decisão a concessões de liminares para políticos com ficha suja. A decisão do desembargador Celyrio Adamastor causou estranheza e descontentamento, levando o grupo de oposição a tomar medidas cabíveis. Em uma reunião realizada nesta terça-feira (14/11), o grupo decidiu interpor um recurso e cogita questionar a decisão no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O grupo busca respaldo em precedentes legais, citando jurisprudência do STJ e STF que permite a investigação sem prévia autorização dos tribunais competentes.

BOCA NO TROMBONE

Allan Pierre declarou ainda que prefeito carece de planejamento

“JHC não tem projetos de infraestrutura para melhorar a mobilidade”, diz líder comunitário

Em 2020, o líder comunitário do Benedito Bentes, Allan Pierre, esteve próximo de conquistar uma vaga como vereador, obtendo 3 mil votos, porém não logrou êxito na eleição. Durante uma entrevista ao Canhã Podcast na TV Mar, realizada na segunda-feira (13/11), ele anunciou sua pré-candidatura para a Câmara Municipal no próximo ano, reafirmando sua determinação em participar ativamente na esfera política.

Durante a entrevista, Allan Pierre também expressou críticas contundentes ("apontou o canhão") à atuação de seus adversários políticos, destacando a influência significativa no "Biu" dos vereadores Brivaldo Marques (MDB) e Siderlane Mendonça (PL). Segundo Allan, a atuação parlamentar desses políticos deixa a desejar, contribuindo para o aumento dos problemas no Benedito Bentes.



Ao comentar sobre os deputados federais Rafael Brito (MDB-AL) e Arthur Lira (PP-AL), Allan escolheu não direcionar críticas a eles. No entanto, ele não hesitou em apontar suas críticas contra JHC, o prefeito, acusando-o de falta de projetos de infraestrutura

para melhorar a mobilidade em Maceió, bem como ações relevantes na área da saúde e educação.

Allan questionou o planejamento da gestão do prefeito JHC, especialmente nas áreas de educação, saúde e infraestrutura.

Ele argumentou que os investimentos em obras, anunciados pela gestão, são resultado de uma indenização da Braskem, comparando a situação a uma compensação financeira após um desastre de avião, onde o dinheiro recebido não substitui a perda real.

Ele ressaltou a importância de questionar a origem desses recursos, destacando que, sem o dinheiro proveniente da Braskem, a cidade de Maceió enfrentaria desafios significativos na construção de hospitais, expansão de vias como Durval de Gois Monteiro e trechos da Fernandes Lima e Menino Marcelo. Allan também levantou questões sobre a construção de novas escolas municipais, o funcionamento pleno das unidades básicas de saúde e a realização de concursos públicos nos últimos quatro anos na cidade.

DESTAQUE

Segundo site, avaliação do presidente Lula é de que alagoano tem feito bom trabalho

Renan Filho é elogiado semanas antes de balanço de desempenho de ministros

O ministro dos Transportes, Renan Filho, membro do MDB, surge como uma figura proeminente entre os líderes de pastas do governo federal, de acordo com informações do jornal O Globo. O alagoano tem conquistado a admiração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Segundo relatos do O Globo, Lula avalia Renan Filho como "o melhor ministro dos Transportes" que já teve. Essa percepção se fundamenta no habilidoso trânsito de Renan entre a iniciativa privada e o setor público, destacando-se como um gestor eficiente.

O presidente Lula faz constantes elogios a Renan Filho, indicando que realizará uma avaliação do desempenho de seus ministros ao longo do primeiro ano de governo. Essa análise possivelmente resultará em uma pequena reforma ministerial no início de 2024. Renan Filho, também conhecido como Renanzinho, é filho do senador Renan Calheiros (MDB).



Antes de assumir a pasta dos Transportes, ocupou por dois mandatos consecutivos o cargo de governador de Alagoas, entre 2015 e

2022. Embora tenha sido eleito senador por Alagoas no ano passado, abriu mão desse cargo para assumir a responsabilidade no Minis-

tério dos Transportes. O reconhecimento de sua competência e liderança indica uma trajetória política promissora no cenário nacional.

OPOSIÇÃO

Deputado tem questionado a execução das emendas distribuídas pelo poder Executivo

Lira se opõe a nova emenda controlada por líderes partidários

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), manifesta sua oposição à proposta do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Danilo Forte, de introduzir um novo tipo de emenda para as bancadas. A informação é do site O Globo. A possível criação da RP5 seria baseada na representatividade dos partidos no Congresso Nacional. Contudo, permanece incerto se essa emenda seria de natureza impositiva, obrigando o poder Executivo a efetuar os pagamentos correspondentes.

É evidente a resistência de Arthur Lira, que tem se esforçado para reunir líderes partidários e persuadi-los a reconsiderar suas posições em relação à proposta de Danilo Forte.



Lira argumenta que seria mais apropriado fortalecer as emendas de comissão para o próximo ano. Desde o início de seu mandato atual, Lira tem questionado a execução das emendas distribuídas pelo poder Executivo, demandando a definição de um cronograma de repasses, algo contestado pelo governo, que geralmente libera os recursos próximo a votações relevantes.

Se todas as emendas individuais, de bancada e de comissão forem totalmente executadas, o montante atingirá a expressiva cifra de R\$ 35,8 bilhões em 2023. As emendas individuais podem alcançar R\$ 21,2 bilhões, enquanto as emendas de bancada, provenientes das bancadas estaduais, devem totalizar R\$ 7,7 bilhões. Com caráter obrigatório, as duas modalidades somadas podem



chegar a R\$ 28,9 bilhões no próximo ano.

Por outro lado, as emendas de comissão não têm a obrigação de execução, e é exatamente nesse ponto que Arthur Lira busca o apoio dos líderes partidários, buscando aumentar sua relevância e torná-las igualmente impositivas.

CIGIP

Will Valença falou sobre irregularidades em áudio divulgado nas redes

Prefeito de Tanque D'Arca denuncia suposto esquema de fraude em licitação

A situação política em Tanque D'Arca tornou-se altamente inflamada devido às revelações explosivas feitas pelo prefeito Will Valença. Áudios disseminados nas redes sociais expuseram um alegado esquema milionário de corrupção no Consórcio Público para Gestão da Energia Elétrica e Serviços Públicos (Cigip), administrado pelo prefeito de Capela, Adelmo Calheiros.

De acordo com Valença, o Cigip, responsável por conduzir licitações para garantir os melhores preços para as prefeituras, estaria favor-

ecendo de maneira flagrante a empresa L V Indústria e Comércio de Iluminação Ltda. O representante legal da empresa, Marcelo Simplício Silva, é acusado de atuar como um "laranja" para encobrir transações suspeitas de Voney Valença, filho do ex-prefeito de Tanque D'Arca, Roney Valença.

A empresa sob suspeita, identificada pelo CNPJ 06.316.950/0001-06, foi registrada em 11 de junho de 2004 e está ativa desde fevereiro deste ano, levantando dúvidas sobre a transparência de suas operações. Uma análise dos pregões conduzidos pelo Cigip revela comportamentos questionáveis por parte do consórcio.

Por exemplo, em 19 de outubro, um pregão eletrônico avaliou os preços de duas unidades de um "Transformador Trifásico de distribuição de 150 kva - 13800/380/220v - 60Hz". A L V Indústria inicialmente ofereceu o valor de R\$ 65 mil por unidade, concedendo um desconto mínimo e fechando o negócio por R\$ 64.950. O Cigip concordou em pagar um total de R\$ 129.900 por duas unidades. Enquanto isso, a concorrente Solupess Comercial Ltda ofereceu o mesmo material por R\$ 25.973 por unidade e foi desconsiderada, assim como a empresa Trend Energy Soluções, que propôs o produto por R\$ 26.473 cada.

OUTRO LADO

Atual presidente do órgão, Adelmo Calheiros nega irregularidades no Cigip

CONFIRA NOTA NA ÍNTEGRA

Desde que o atual presidente do CIGIP, Adelmo Calheiros, tomou posse como presidente da instituição, muitos projetos avançaram junto aos municípios alagoanos. As ações executadas pelo consórcio estão cada vez mais próximas da população e têm por objetivo assegurar uma iluminação pública de qualidade, além de toda uma estrutura técnica especializada neste segmento.

No site da instituição, bem como nas redes sociais, todos podem acompanhar como são realizados os trabalhos e todo o planejamento técnico em andamento. A transparência é uma característica notável sob a administração da presidência em vigor. Os quase 90 municípios consorciados confirmam o quanto o trabalho do CIGIP tem credibilidade, transparência e ética. As novas parcerias não param de surgir e seguem buscando o que há de mais avançado no campo da energia elétrica. Recentemente, algumas matérias afirmaram que o CIGIP estaria envolvido num esquema de corrupção.

As informações não condizem com a realidade, pois o consórcio sempre prezou pelo respeito, confiança, e acima de tudo, transparência para com todos os setores que fazem parte do processo de licitação. Em nenhum momento, os veículos que fizeram a reportagem mantiveram contato com a assessoria ou presidência do CIGIP, como rezam os princípios do bom jornalismo, que é o de sempre ouvir os dois lados.

O presidente Adelmo Calheiros reafirma mais uma vez, que a sua gestão é pautada pela lisura em todos os sentidos, e que todos os municípios consorciados podem acompanhar de perto todas estas etapas, ao mesmo tempo em que reforça que as portas da instituição estarão sempre abertas para os devidos esclarecimentos.



Prefeito de Tanque D'Arca, Will Valença



Prefeito de Capela, Adelmo Calheiros

FALCATRUA

Empresa estaria sendo beneficiada por meio de licitações viciadas

Localizada no bairro Alto da Boa Vista II, em Satuba, a L V Indústria possui uma empresa relacionada: a Comercial Simplício Ltda, também de propriedade do empresário Marcelo Simplício Silva, situada no Alto da Boa Vista I. Enquanto a primeira fornece materiais e equipamentos para iluminação, a segunda trabalha com materiais para construção, entre outros serviços, sob o CNPJ 36.191.150/000177. Uma simples busca na internet revela que a empresa já firmou acordos com outros municípios, como Pariconha e Craibas.



No caso do Cigip, a L V Indústria tem vencido a maioria dos pregões, mesmo apresentando valores mais elevados que os concorrentes. Inclusive, fechou um acordo para vender 75 camisas próprias para eletricitistas, com valor unitário de R\$ 600, totalizando um faturamento de R\$ 45 mil. Isso sugere que o consórcio ignorou a empresa Rosilene Tonatto Spazzini, que ofereceu o mesmo produto por R\$ 180. A empresa também ofereceu cortinas de LED coloridas de 2 metros por R\$ 792,33 cada, fechando um acordo de R\$ 85.571,64 por 108 unidades. No entanto, é possível encontrar material semelhante à venda na internet por R\$ 229.

SEU BOLSO

Parlamentar também denunciou falta de saneamento básico adequado

Deputado critica cobrança sobre valor praticado pelas concessionárias de água

Durante a sessão ordinária desta terça-feira (14) na Assembleia Legislativa de Alagoas, parlamentares expressaram preocupações relacionadas à atuação das concessionárias de água no estado. O deputado Delegado Leonam, do partido União Brasil, destacou em sua intervenção a questão do despejo de esgoto doméstico não tratado nas praias de Maragogi no início deste mês.

O deputado enfatizou a impactante deterioração das belezas naturais devido ao lixo e ao esgoto que diretamente alcançam as praias, referindo-se ao ocorrido na semana passada em Maragogi, uma região reconhecida mundialmente como o "Caribe brasileiro", que se viu prejudicada pelos serviços deficientes de uma concessionária que nem mesmo é originária de Alagoas.



Além disso, o parlamentar criticou os aumentos nos valores praticados no estado, ressaltando que as tarifas, já elevadas, sofreram reajuste e serão ainda mais elevadas a partir de dezembro.

"Numerosas concessionárias em Alagoas impõem taxas arbitrárias aos consu-

midores, prestando-nos um serviço inadequado. A taxa de esgoto é extraordinariamente alta, correspondendo a 100% do valor cobrado pelo consumo de água, e não temos adequado saneamento básico em nenhum município do estado", pontuou o deputado.

Recentemente, a Comissão de Meio Ambiente, liderada pelo deputado Leonam, forneceu esclarecimentos e assegurou estar monitorando de perto a situação na cidade litorânea do norte de Alagoas. Como medida, a empresa Verde Alagoas foi notificada a tomar providências imediatas, além da aplicação de multa pela prefeitura de Maragogi.

"Estamos cientes de que o pagamento dessa multa não resolve o problema. Por isso, estamos em busca de soluções para evitar a repetição desse incidente, assegurando a preservação de nossas belezas naturais e do ecossistema. Ao nos depararmos com impactos ambientais como esse, percebemos que não afetamos apenas o turismo; o desequilíbrio ambiental e a faixa de corais na orla de Maragogi também são impactados", concluiu o deputado.

EM ALAGOAS

Por meio do Programa Crediamigo, BNB atende mais de 72 mil microempreendedores no estado

Mulheres representam 71% dos clientes de microfinança urbana do Banco do Nordeste

As mulheres alagoanas que atuam com pequenos negócios já representam 71% dos clientes do Crediamigo no estado. O Programa, que responde pela microfinança urbana do Banco do Nordeste, atende a mais de 72 mil microempreendedores em Alagoas, com empréstimos que obedecem à metodologia própria, com orientação sobre a aplicação do crédito. De janeiro a outubro deste ano, foram cerca de R\$ 350 milhões em financiamentos destinados a esse segmento de público, que inclui microempreendedores individuais, ambulantes e pessoas físicas que estão iniciando uma atividade econômica.

De acordo com o gerente de microfinança urbana do BNB em Alagoas, Heberth Sousa, a participação feminina no Programa é crescente. "A força do empreendedorismo feminino se reflete nesse percentual de clientes mulheres.

Temos linhas de crédito individuais, porém nosso carro chefe é o grupo solidário, que se baseia na contratação do crédito, em que cada um funciona como avalista dos demais, sendo dispensável outras formas de garantia. As mulheres têm se posicionado com liderança nesses grupos, garantindo a adimplência e evoluindo para os empréstimos individuais, com valores maiores, em etapas posteriores do Programa", ressalta.

O gestor destaca ainda que a presença das mulheres no microcrédito é tamanha que foi desenvolvida uma linha específica destinada apenas ao público feminino, o Crediamigo Delas, para financiar atividades produtivas de empreendedoras formais e informais. Além disso, em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, participa do Projeto Qualifica Mulher, que oferece diversas oportunidades de capacitação profissional.

A microempreendedora Carleane Marques dos Santos é exemplo de como o microcrédito pode contribuir para a independência financeira e sucesso no empreendedorismo.



Ela iniciou na atividade econômica de comerciante como sacoleira, e buscou o Crediamigo para conseguir abrir sua loja física em um ponto comercial no "Shopping Popular", no Centro de Maceió. Com novos empréstimos, realizou ainda reformas, expansão e modernização do local. Carleane direcionou sua atividade para o nicho de mercado "plus size", com roupas femininas de tamanhos grandes, que valorizassem as clientes que a procuravam, alcançando grande sucesso. O crescimento foi tanto que precisou alugar mais três boxes para suprir sua demanda.

DINHEIRAMA

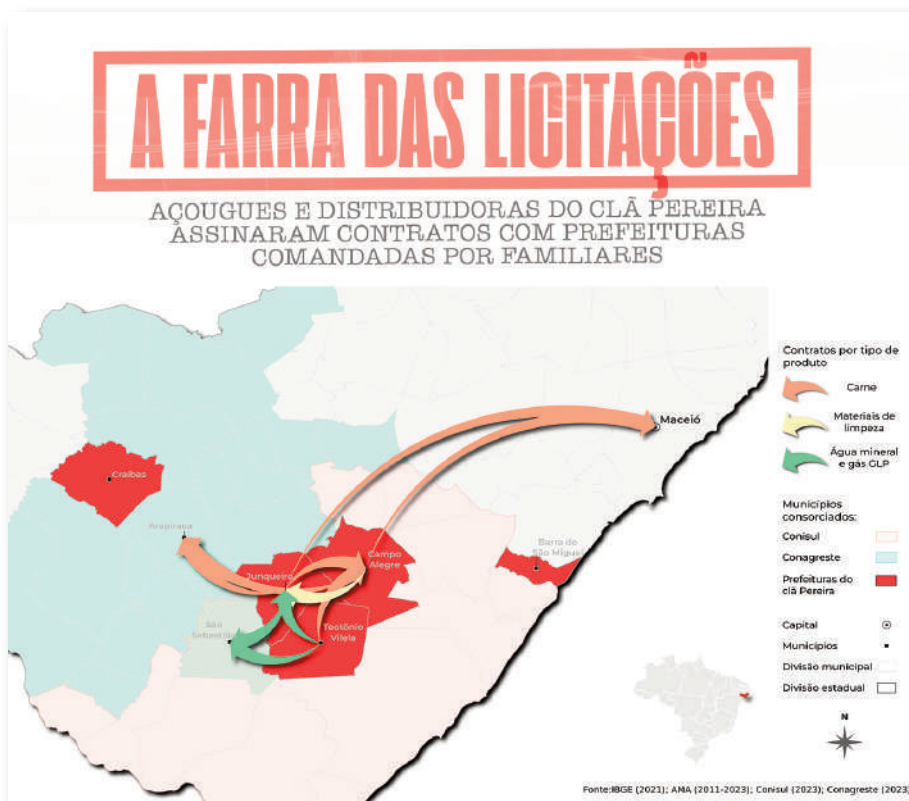
Licitações beneficiam negócios rurais do clã Pereira

Prefeituras comandadas por primos de Lira contrataram empresas da própria família

Pauline de Fátima Pereira Albuquerque exerce um papel central no clã comandado por Arthur Lira (PP-AL). Ela é a principal ponte entre o império agropecuário e a face política da família em Alagoas. Entre os bois e as urnas mora o uso da máquina pública para beneficiar os negócios dos Pereira.

Publicado na segunda-feira (13/11), o dossiê “Arthur, o Fazendeiro” esmiúça a face agrária do líder do Centrão. A partir de bases de dados da Receita Federal, De Olho nos Ruralistas identificou pelo menos 47 empresas que têm, como sócios, integrantes das família Lira e Pereira, os dois braços do presidente da Câmara em Alagoas. Desse total, 33 constam como ativas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). A partir da lista, nossa equipe vasculhou os portais de transparência de seis municípios alagoanos geridos, nos últimos doze anos, por familiares de Arthur Lira.

O levantamento identificou pelo menos treze licitações de fornecimento de carne e outros materiais, firmados entre essas empresas e as prefeituras de Campo Alegre, Junqueiro e Teotônio Vilela.



Os contratos somam R\$ 8,31 milhões. O maior beneficiário das contratações é o Frigorífico Dom Grill, de Nicolas Agostinho Pereira dos Santos, que adquiriu 472 cabeças de gado oriundas da área demarcada da Terra Indígena Kariri-Xocó: “Família de Arthur Lira destruiu mata sagrada dos Kariri-Xocó em Alagoas”. Dos cinco contratos assinados pela empresa, apenas três tiveram os valores divulgados. Estes somam R\$ 3,9 milhões.

A primeira parceria firmada entre Nicolas e seus primos ocorreu em Campo Alegre, no último ano da gestão da prefeita Pauline Pereira. No dia 17 de junho de 2020, foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas uma ata de registro de preços para a aquisição de 8,55 toneladas de carne de boi moída e resfriada da Dom Grill, pelo valor de R\$ 102.514,50. A ata de preços é um documento de caráter vinculante utilizado na administração púb-

lica, cuja assinatura pressupõe uma obrigação entre as partes e precede a formalização do contrato de serviços.

O frigorífico venceu outras duas licitações abertas por Pauline e finalizadas em 2021, durante o mandato de seu sucessor, Nicolas Teixeira Tavares Pereira, o Colinha (PP). Na principal, os lotes adquiridos do frigorífico somam R\$ 2,28 milhões. Além dos contratos em Campo Alegre, a empresa conquistou um pregão de R\$ 1,51 milhão em Junqueiro, governada à época pelo prefeito Carlos Augusto (PP), um importante aliado dos Pereira na região. Os dados constam no Diário Oficial. As relações de parentesco são próximas: Nicolas Agostinho é neto de Adelmo Pereira, enquanto Colinha é filho de Oceano Tavares Teixeira. Os dois, já falecidos, eram irmãos de João José Pereira, o “Prefeito”, pai de Pauline. Mas a identificação da genealogia não foi imediata. Isso porque o fundador da Dom Grill costuma ocultar o sobrenome Pereira, assinando como Nicolas Agostinho P. Santos.

COLEÇÃO DE CRIMES

Usina foi usada para comprar votos para o ex-presidente Jair Bolsonaro

Arthur Lira expulsou camponeses de terras que sequer declarou, diz dossiê

A expansão territorial de Arthur e Biu de Lira teve início nos anos 1990, durante a crise do setor canavieiro no Nordeste. É o que apontou investigação pelo site De Olho nos Ruralistas. O governo de Fernando Collor (1990-1992), pautado por uma agenda neoliberal e de desestatização, implementou mudanças drásticas nas políticas de incentivo à produção sucroenergética. No mesmo ano de sua posse, o presidente extinguiu o Instituto do Açúcar e do Alcool e encerrou o tabelamento de preços. Devido à defasagem em relação ao mercado internacional e às dívidas acumuladas, diversas usinas foram à falên-

cia, resultando na demissão de milhares de trabalhadores sem o recebimento de seus direitos trabalhistas.

O vácuo deixado pelas usinas criou uma oportunidade para fazendeiros locais, que adquiriram propriedades a preços vantajosos, originando parte dos bens adquiridos pelas famílias Lira e Pereira. Em Campo Alegre, por exemplo, Arthur arrendou uma área de 427 hectares da Usina Porto Rico. Entretanto, em 2017, ele e seu pai enfrentaram um processo de despejo devido ao não pagamento de parte do arrendamento. A usina, ainda em operação, foi denunciada em setembro de 2022 por coagir funcionários a votarem em Bolsonaro, ameaçando demissão para quem declarasse voto em Lula.

A estratégia utilizada em Alagoas foi replicada no Agreste pernambucano, onde a dívida das usinas atingia bilhões de reais. Em Quipapá, Pernambuco, Arthur protagoniza conflitos agrários contra posseiros e ex-trabalhadores das usinas. Em agosto de 2023, Cícero Paulo da Silva e sua esposa, Maria José de Oliveira Silva, foram despejados de uma área de cinco hectares na fazenda Engenho Proteção, localizada a pouco mais de um quilômetro da zona urbana de Quipapá.

O casal ocupava a propriedade desde a década de 1970, e Cícero, que solicitou auxílio policial para expulsar os camponeses, comprou as terras em 2008. No entanto, a propriedade de 181,65 hectares nunca foi declarada nas informações divulgadas pela



Justiça Eleitoral. O Engenho Proteção fazia parte da Usina Água Branca, falida nos anos 1990. Cícero iniciou um processo de regulamentação das terras por usucapião em 2021.

O relato do casal evidencia os momentos de tensão vividos antes do despejo, destacando a urgência na regulamentação de suas terras devido à pressão exercida pelos funcionários de Arthur Lira. Agora, eles enfrentam o desafio de pagar aluguel enquanto aguardam as próximas decisões judiciais, buscando a manutenção da posse da casa e lutando pela legitimidade da terra.

PUNIÇÃO

Os dois clubes mandarão seus jogos com portões fechados até o final do Campeonato

STJD penaliza Coritiba e Cruzeiro por violência entre as torcidas

Após invasão e confusão dentro do campo no confronto entre Cruzeiro e Coritiba, válido pela 34ª rodada da Série A, os clubes foram punidos preventivamente pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) e vão jogar sem torcida nos próximos 30 dias, ou seja, seus jogos permanecerão sem público até o final da temporada. A punição será aplicada para partidas como mandante e visitante das duas equipes.

Coritiba e Cruzeiro estão na disputa contra o rebaixamento, o que só piora a situação. O time paranaense faz mais dois jogos em Curitiba e outros dois como visitante, enquanto a Raposa, por ter partidas atrasadas, entrará em campo mais seis vezes. A punição já era esperada pela violência dos atos. A direção do Cabuloso, inclusive, já suspendeu a venda de ingressos para o jogo diante do Vasco.



O STJD já tinha feito tal medida preventiva nesta Série A contra o Vasco e o Santos por conta de confusões nos estádios. Depois, com julgamento e recursos, o time carioca foi punido por quatro partidas com portões fechados, enquanto a equipe paulista recebeu dois jogos.

Mesmo com a vitória, a situação do

Coritiba é praticamente irreversível, podendo confirmar o rebaixamento já na próxima semana. O caso do Cruzeiro é menos complexo, mas preocupante pela forte pressão da torcida. São dois jogos a menos em relação ao Bahia e apenas um ponto a menos, podendo sair da zona já neste sábado (18), caso vença o Fortaleza, fora de casa.



Reforço

O Vasco ganhou um reforço para o jogo contra o Cruzeiro, na próxima quarta-feira. Medel recebeu o terceiro cartão amarelo no jogo entre Chile e Paraguai, nesta quinta-feira, e vai retornar mais cedo para o Brasil. Medel estava pendurado na seleção chilena e recebeu o cartão aos 32 minutos do segundo tempo, após desentendimento com Matías Rojas.

OUTRA CATEGORIA

O futsal do Paraná Clube chegou para ocupar um espaço vazio deixado no peito do torcedor. Sem disputar uma partida de futebol profissional desde o dia 25 de junho, o Tricolor se abraçou no projeto das quadras e chegou na final do Campeonato Paranaense da Série Bronze, a terceira divisão estadual. O clube enfrentará o Terra Boa em dois jogos pela taça.

DESISTIU

A euforia por parte do torcedor do Atlético-MG em ter, na próxima temporada, Gustavo Scarpa, precisará ser contida. O desejo do jogador em permanecer na Europa fez com que o Galo desistisse da contratação. A negociação envolvendo clubes e jogador esfriou nas últimas horas.

TRANSFERÊNCIA

A principal venda do Grêmio no ano tem gerado dor de cabeça para a direção. O Cascavel, detentor de 30% dos direitos de Bitello, intimou o clube gaúcho por não repassar os valores da transferência do jogador ao Dínamo Moscou. O clube paranaense cobra o pagamento e ameaça ir à Fifa.

PREVENÇÃO

Boca Juniors não concorda com a decisão tomada pelo Governo de Buenos Aires

Estádio La Bombonera é interditado por excesso de público entre Argentina e Uruguai

O Boca Juniors anunciou em comunicado, que o Estádio de La Bombonera foi interditado pelo órgão de controle governamental do GCBA (Governo da Cidade de Buenos Aires) por ter sido excedida a capacidade máxima no jogo entre a Argentina e o Uruguai. O clube argentino afirmou, no entanto, que o encontro entre as seleções sul-americanas não teve excesso de público, considerando que a decisão constitui uma "prova de animosidade contra a instituição".

Por referência, a Bombonera tem lotação para 57.000 espectadores, mas não foram revelados oficialmente quantos fãs estiveram esta madrugada no duelo com os uruguaios. "Orgulhosos de ter recebido em caso os campeões do mundo num ambiente festivo e com total normalidade, o Boca Juniors informa que, apesar de não

ter excedido a capacidade máxima do estádio, o órgão de controle governamental do GCBA decidiu, após o jogo, interditar a Bombonera por ter sido excedida a sua capacidade. Dadas as circunstâncias do caso, o clube considera que esta ação constitui uma prova de animosidade contra a instituição, algo que tem sido repetido em várias ocasiões", relatou o clube por meio de nota.

A derrota não tira a Argentina da liderança das eliminatórias da América do Sul para a Copa do Mundo de 2026. O time de Lionel Scaloni fica com 12 pontos, mas vê a aproximação justamente do Uruguai, que chega a 10, se mantendo na segunda colocação. O próximo compromisso dos argentinos é contra o Brasil, no Maracanã, na terça, às 21h (de Brasília). O Uruguai pega a Bolívia, em casa.



MARCA NEGATIVA

Time de Diniz agora é o quinto na tabela

Brasil perde dois jogos seguidos nas Eliminatórias pela primeira vez na história

A derrota de virada por 2 a 1 para a Colômbia, nessa quinta-feira (16), entrou para a história da seleção brasileira de forma negativa: pela primeira vez na história das Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa do Mundo, o Brasil sofreu duas derrotas em sequência.

A primeira havia sido o revés por 2 a 0 para o Uruguai, em Montevideu, em 17 de outubro, dia em que o Brasil foi dominado pela Celeste Olímpica. Agora, mesmo tendo aberto o placar com um golão de Martinelli após bela tabela com Vinícius Júnior, a seleção foi engolida pela Colômbia em todos os aspectos e viu Luis Díaz marcar duas vezes de cabeça para virar e dar a vitória aos Cafeteros.

A vitória colombiana também se tornou um marco por ter sido a primeira sobre o Brasil na história da competição. Até então eram 14 jogos com sete vitórias brasileiras e sete empates.



Com o triunfo, a Colômbia chegou aos nove pontos e assumiu o terceiro lugar na tabela. Já o Brasil estancou nos sete pontos e caiu para o quinto posto.

Após o jogo, o técnico Fernando Diniz lamentou os erros que levaram à derrota, assim como afirmou que espera uma apresentação melhor diante da Argentina, na próxima terça-feira (21), às 21h30 (de Brasília) no Maracanã.

“A gente tem que estar preparado para tudo. Mas a gente vai jogar na nossa casa, no Maracanã. O estádio deve estar cheio. E a gente vai fazer de tudo para entregar aquilo que o torcedor deseja. É isso que eu espero do jogo. Do lado de cá, vamos fazer tudo para corrigir aquilo que deu de errado, principalmente no sentido da marcação, e entregar um jogo ainda melhor no sentido ofensivo”, disse Diniz.

Times se enfrentam neste sábado (18), no Castelão

Fortaleza e Cruzeiro se enfrentam em jogo atrasado da 30ª rodada

Mesmo em meio à Data FIFA, o Brasileirão terá um jogo neste sábado (18), que será entre Fortaleza e Cruzeiro, que se enfrentam no Castelão, às 18h30. O jogo faz parte da 30ª rodada da competição, que foi adiado por causa da participação do Leão na final da Copa Sul-Americana.

Pelo lado do Tricolor de Aço, o objetivo é voltar a vencer uma partida, visto que o time não sabe com os três pontos de campo há sete jogos. Desses, foram cinco derrotas e dois empates, porém um deles foi justamente contra a LDU na final da Sula, na qual o Fortaleza acabou derrotado nos pênaltis. O time do técnico Vojvoda é o 12º colocado com 43 pontos e não tem maiores pretensões no campeonato.

Já a situação do Cruzeiro é mais grave. A Raposa precisa da vitória para deixar a zona de rebaixamento do Brasileirão.



17º com 37 pontos, o time celeste tem “a seu favor” dois jogos a menos que os demais concorrentes pela permanência, mas não dá para contar com os pontos a jogar, principalmente se levados em consideração os últimos três jogos onde o time saiu derrotado.

Sob o comando do interino Paulo Autuori, o Cruzeiro tentará se reabilitar na tabela, assim como o Fortaleza, que ainda

não está matematicamente livre da queda para a Série B. Ambos ainda voltam a jogar na próxima quinta-feira (23), novamente por uma rodada adiada.

O Leão recebe o Botafogo no Castelão, e a Raposa terá o Vasco pela frente em um Mineirão sem torcida devido à punição pela invasão de torcedores ao campo na derrota para o Coritiba, na rodada passada.

SEM GOLS

Chile e Paraguai empataram sem gols nessa quinta-feira (16) pela quinta rodada das Eliminatórias Sul-Americanas para Copa de 2026, em Santiago. Mesmo jogando em casa e com um jogador a mais desde o fim do primeiro tempo (Rojas foi expulso aos 44’), os chilenos não conseguiram furar a defesa paraguaia. Para piorar, o meia chileno Méndez também recebeu cartão vermelho aos 43’ da etapa final. Com o empate o Chile chegou aos cinco pontos e está na oitava posição. Sétimo, o Paraguai tem os mesmos cinco pontos.

PRIMEIRA VITÓRIA

A Bolívia venceu o Peru por 2 a 0 e conquistou a primeira vitória na atual edição das Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa de 2026. Henry Vaca, aos 20 minutos do primeiro tempo, e Ramiro Vaca, aos 42’ da etapa final foram os autores dos gols bolivianos em La Paz. Com a vitória a Bolívia chegou aos três pontos e à nona posição na tabela. Já o Peru amarga a lanterna com um ponto em cinco jogos.

REFORÇO ALVIVERDE

O volante Caio Alexandre, do Fortaleza, é o mais novo alvo do Palmeiras para a temporada 2024. O time paulista já monitora o destaque do Leão há alguns meses e deve formalizar uma proposta pelo jogador de 24 anos ainda em 2023 para tê-lo na Academia de Futebol no próximo ano. Nesta semana o Palmeiras já anunciou um reforço para o setor, o volante argentino Anibal Moreno, também de 24 anos, que chegou do Racing.

ESTREIA NA NBA

O ala brasileiro Gui Santos estreou oficialmente na NBA nessa quinta-feira (16) pelo Golden State Warriors; Gui atuou por apenas quatro minutos na derrota por 128 a 109 para o Oklahoma City Thunder. Mesmo com pouco tempo de quadra, o brasileiro contribuiu com dois pontos, três rebotes e uma assistência. A próxima chance de Gui será no sábado (18), novamente diante do Thunder, só que dessa vez na casa dos Warriors.

A FOME É DIÁRIA. O NOSSO TRABALHO TAMBÉM.

70 milhões de brasileiros sofrem com a insegurança alimentar moderada ou grave. (ONU/FAO). Ajude a servir **1,5 milhão** de refeições até dezembro.

APOIE ESSA CAUSA



pix@lbv.org.br
lbv.org.br



LBV

• 73 ANOS •

Apoio:
AN
A NOTICIA
ALAGOAS

